

- COMUNICADO AOS SÓCIOS -

Relativamente a factos que nos foram recentemente relatados, que envolvem comportamentos agressivos por parte de certos alunos do 1.º ciclo em relação aos colegas, ou de atos de indisciplina e insubordinação para com alguns membros da comunidade escolar, a **APAVEB** esclarece o seguinte:

1. Todo e qualquer aluno está invariavelmente sujeito aos trâmites estabelecidos, em primeira linha, no Regulamento Interno do Agrupamento (<http://apaveb.webnode.pt/documenta%3a7%c3%a3o/legisla%3a7%c3%a3o/>), designadamente no que concerne aos deveres estabelecidos nas sucessivas alíneas do seu **art.º 74.º**;
2. Advém daqui que quaisquer atos praticados pelos alunos que violem o disposto no supra citado artigo deverão ser objeto de verificação imediata por parte do órgão diretivo da escola;
3. Naturalmente que se subentende a inevitabilidade de só poderem colher, para efeitos de averiguação de factos, apenas os que cheguem à Direção do Agrupamento por via da participação/denúncia escrita ou testemunhal dos envolvidos;
4. A partir daqui, desenvolver-se-á um procedimento de âmbito inquiridor, no sentido de se verificar a gravidade dos acontecimentos e, conseqüentemente, determinar o grau de qualificação das infrações relatadas;
5. As medidas disciplinares, corretivas ou sancionatórias, serão aplicadas indiscriminadamente a qualquer aluno transgressor, tendo unicamente em atenção as ocorrências denunciadas e a respetiva qualificação;
6. A **APAVEB**, na qualidade de *garante do bem estar e da comodidade dos alunos em geral*, chama a si a responsabilidade de assegurar a intermediação e gestão de conflitos que envolvam estes e outros factos que interfiram com a tranquilidade e pacificidade do ambiente escolar;
7. Neste contexto, informamos todos os associados e amigos que estamos a acompanhar a evolução dos casos que neste momento incorrem em processo, alertando uma vez mais para a necessidade de imperativamente **deverem ser reportados** todos os factos que possam constituir alguma espécie de «atropelo» ao normativo que rege os estabelecimentos escolares que integram o perímetro do Agrupamento do concelho, cuja consulta e conhecimento deve ser generalizado.

Borba, 1 de novembro de 2013

O Conselho Executivo